

**Antonia Liduina Rodrigues Patrício
João Bosco Silva Lemos
Elisângela Maria de Oliveira Melo
Nerivaldo Braz de Carvalho
Roberta Ferreira Menezes
Org. Antonia Angela de Lima**

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL



**UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA
SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA NO
BRASIL**

DIREÇÃO EDITORIAL: Betijane Soares de Barros
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Autores
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira
DESIGNER DE CAPA: Luciele Vieira
IMAGENS DE CAPA: Canva.com

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Hawking estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2022 Editora HAWKING

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol,
Maceió - AL, 57057-780
www.editorahawking.com.br
editorahawking@gmail.com

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

D611

Uma discussão metodológica sobre o ensino a distância no Brasil / Antonia Angela de Lima (Organizadora), Antonia Liduina Rodrigues Patricio, João Bosco Silva Lemos, Elisângela Maria de Oliveira Melo, et al. – Maceió: Hawking, 2022.

Outros autores
Nerivaldo raz de Carvalho
Roberta Ferreira Menezes

Livro em PDF

60 p., fotos.

ISBN 978-65-88220-51-1

1. Educação à distância - Brasil. I. Lima, Antonia Angela de (Organizadora). II. Patricio, Antonia Liduina Rodrigues. III. Lemos, João Bosco Silva. IV. Melo, Elisângela Maria de Oliveira. V. Título.

CDD 371.35

Índice para catálogo sistemático

I. Educação à distância

Antonia Liduina Rodrigues Patricio

João Bosco Silva Lemos

Elisângela Maria de Oliveira Melo

Nerivaldo raz de Carvalho

Roberta Ferreira Menezes

Org. Antonia Angela de Lima

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Maceió-AL
2022



Direção Editorial

Dra. Betijane Soares de Barros
Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS (Brasil)

Conselho Editorial

Dra. Adriana de Lima Mendonça/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dra. Ana Marlusia Alves Bomfim/ Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Ana Paula Morais Carvalho Macedo /Universidade do Minho (Portugal)

Dra. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Eduardo Cabral da Silva/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Brasil)

Dr. Fábio Luiz Fregadolli//Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Maria de Lourdes Fonseca Vieira/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Jamyle Nunes de Souza Ferro/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dra. Laís da Costa Agra/Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ (Brasil)

Dra. Lucy Vieira da Silva Lima/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Rafael Vital dos Santos/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dr. Anderson de Alencar Menezes/Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Brasil)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus, à minha família e aos meus amigos, que estiveram comigo ao longo de minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida;

Aos meus familiares por todo apoio à minha formação e aperfeiçoamento profissional.

Em especial aos meus filhos Maria Aline e João Claudino;

Aos professores e tutores por terem sido base para construção de conhecimento;

E a todos que contribuíram informalmente para a conclusão desta etapa, o meu muito obrigada!!

Autores

**Antonia Liduina
Rodrigues Patricio**



**Elisângela Maria de
Oliveira Melo**



**Roberta Ferreira
Menezes**



João Bosco Silva Lemos



**Nerivaldo Braz de
Carvalho**



**Antonia Angela de Lima
Organizadora**



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
CONCEITO E EVOLUÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	13
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	13
1.2 EVOLUÇÃO DO ENSINO E EDUCAÇÃO.....	17
1.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB).....	21
CAPÍTULO 2	
AVALIAÇÃO E METODOLOGIAS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	29
2.1. O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	29
2.2. FINALIDADE DA METODOLOGIA DO ENSINO À DISTÂNCIA.....	37
2.3 FORMAS DE ENSINO.....	40
2.3.1 ENSINO DE NIVELAMENTO.....	41
2.3.2 PROVA ESCRITA.....	42
2.3.3 DEBATE EM FÓRUMS.....	44
2.3.4 PLATAFORMAS E TECNOLOGIAS ONLINES.....	44
2.4 DESAFIOS E AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM EAD.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O conceito de ensino em educação no Brasil tem sido utilizado na redução da desigualdade educacional, por meio de políticas e medidas transformadoras educacionais. A educação é muito além do que transformadora, ela modifica e eleva pensamentos de quem a pratica.

Em 2020, o Brasil modificou seu ensino em educação devido à pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, no qual, passaram a adotar como metodologia o ensino a distância. O ensino a distância (EAD) é uma modalidade no quais, alunos e professores estão separados fisicamente, utilizando meios tecnológicos de informação e comunicação.

Santos, (2019) afirma que a educação à distância tem tido um crescimento significativo no Brasil. E isso, ocorre devido a oferta de um espaço de aprendizagem e diversas descobertas que permitem a comunicação e interação entre professor e aluno. O crescimento e sucesso da EAD foram devido à tecnologia de informação e comunicação (TIC), ocorrendo de maneira efetiva para que o ensino à distância se propagasse de forma eficaz.

Assim, por meio do ensino à distância podemos observar resultados significativos na aprendizagem dos alunos e comunicação dos professores, porém estudos apontam que as dificuldades e falhas na aprendizagem são frequentemente relatadas, estando sempre em processo de construção.

A metodologia de aprendizagem, ensino e avaliação são primordiais para o sucesso do ensino a distância, além do papel do professor e do aluno, os conteúdos e linguagens devem ser constantemente avaliados.

Os desafios encontrados da metodologia em estudo é uma maneira de melhorar e aprimorar a qualidade de ensino dos professores para o aluno. A educação à distância no Brasil apresenta dificuldades que devem ser sanadas, no qual, o acesso a novas tecnologias e a comunicação à distância ainda é um desafio.

É sabido que essa nova modalidade se tem adaptado aos profissionais e alunos, porém questiona-se o real aproveitamento e aprendizagem dos mesmos. Portanto, avaliar a qualidade de aprendizado dos alunos torna-se importante devido às dificuldades de interação aluno-professor, rotinas e prazos dos estudos encontrados no ensino remoto.

Portanto, avaliar o ensino à distância e compreender os seus desafios torna-se importante para a melhoria de ensino. Assim, o trabalho tem como objetivo apresentar características, conceitos, metodologias e desafios do ensino EAD, visando analisar a eficiência dessa nova modalidade.

CAPÍTULO 1

CONCEITO E EVOLUÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo iremos apresentar o histórico conceito e evolução do ensino e educação em nosso país, com o intuito de avaliar e propor formas e medidas no ensino brasileiro.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao avaliarmos a pré-história da escrita, a forma de aprendizado era toda verbal, por meio de pinturas rupestres, como forma de expressão, a serem utilizadas, em forma, ideia e história. E com o passar o tempo, quando o homem começou efetivamente a armazenar informações por meio de escrita (COC, 2019).

A transmissão do conhecimento deu-se em algum momento da história, a partir, do momento em que o ser humano poderia transferir conhecimento ao outro, sendo um período indeterminado com exatidão, dado em algum período dos primórdios da humanidade. De maneira intuitiva e natural, a história da educação começou de maneira simples por meio de crianças aprendendo com os mais velhos por meio de observação, da mesma forma como fazem os animais (BALARDIM, 2019).

Ainda segundo, Balardim, (2019) durante a pré-história da educação o aprendizado era concentrado nas necessidades em atividades de sobrevivência, como pesca e caça, fazendo e observando, sendo um bem comum a todos.

Souza et al., (2006, p. 80) elucida que nos livros sagrados do passado possuíam as orientações sobre como educar e para

quê educar. A educação informal religiosa contribuía na época para a constituição das bases para a formação de uma educação mais especificada, sofisticada e sistemática. Por meio da afirmação religiosa, o trecho do Talmude: “Quem não procura que seu filho aprenda um ofício, está preparando-o para que seja ladrão”. O provérbio de Salomão 22:6 afirma que “Instrui o menino no caminho em que deve andar, e, até quando envelhecer, não se desviará dele”. Esses preceitos religiosos fizeram-se presentes nas conjecturas filosóficas da educação sistêmica de povos, desde a Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea.

A origem das instituições escolares no Brasil pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas, que instituíram na então colônia portuguesa, a primeira escola brasileira (MATTOS, 1958, p. 37).

Aos estudos dos educadores jesuítas foram importantes à educação no mundo, e especialmente no Brasil, por terem sido o começo da educação formal. O período inicial mostra não apenas o movimento histórico da educação brasileira, revelando riquezas de detalhes, levando à reflexão das ações e organizações dos trabalhos pedagógicos, assim, como a possibilidade de repensar as ações atuais, ou seja, buscar na educação jesuíta daquela época alguma característica que seja capaz de ajudar a educação atual (FRANCIOLI; SOBRAL, 2021).

De acordo com Saviani, (2005, p. 12) a classificação da história da educação se divide em períodos:

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas “aulas régias” instituídas pela reforma pombalina como uma primeira tentativa de instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados, na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos nossos dias, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola.

Para Gouvêa, (2007) a história da educação e da escola no país, da Colônia ao Império e República, evidencia-se um projeto de escolarização da população em diferentes vertigens e significados ao longo da história, apresentando políticas educacionais diversas. O processo de escolarização sofre

diretamente diante das mudanças econômicas, sociais e transformações de ordem política.

A formação dos professores e a educação escolar no Brasil situam-se em um campo de disputa, isso porque, não englobam as especificidades dos temas e em uma única perspectiva de formação de reformas educacionais que são estabelecido em nosso país. Desde 1990, as orientações da gestão de políticas públicas sociais pelos distintos governos vinculam-se, a divisão de classes na sociedade brasileira (SILVA; NUNES, 2020).

Ao enfatizar sobre o processo de escolarização, Viraes (2013) afirma que:

A escola é o primeiro ambiente social apresentado à criança após a experiência familiar. Nesse sentido, a escola desempenha um papel muito importante uma vez que, no decorrer da infância e adolescência, desenvolve-se o processo de interação sujeito-sociedade. Se a escola promover diariamente, em seu ambiente, mecanismos propositivos como o diálogo e participação, possibilitará que as relações sociais construídas dentro deste contexto se tornem a base de apoio para o desenvolvimento psicossocial e humano das crianças (VIRÃES, 2013).

Bittar e Bittar (2012) em seu estudo analisou a educação no Brasil de 1930 a 2000 e verificou que, no início do século XXI, era possível afirmar que o Brasil possuía escolas, porém, estas eram precárias. Os autores verificaram o contraste entre a pesquisa em Educação que o País conseguiu desenvolver e a qualidade da escola pública.

Já Souza, (2018) afirma que educação brasileira é classificada não como um sistema único de educação, mas sim, como um sistema dual. O sistema se divide em escolas particulares e públicas. No qual, a primeira é quase sempre sinônimo de qualidade; a segunda é marcadamente conhecida por sua ineficiência e também por ser qualitativamente inferior às escolas privadas.

A afirmação de que a educação no Brasil está ligada e marcada pelo binômio da exclusão e do elitismo foi realizada por Ferreira, (2010). Portanto, ao existir essa divisão, a educação no país, as ideias pedagógicas para a elite é uma, e para as camadas populares é outra (SAVIANI, 2011).

Contudo, o estudo de políticas públicas educacionais compete a decisões do Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Assim, o que se pode promover a formação do homem, um ser inacabado, e que para se humanizar precisa se apropriar da cultura (valores, hábitos, crenças, conhecimentos, costumes e representações), em que historicamente eram produzidas de geração em geração e, conseqüentemente, construir, socialmente, a sua própria existência (SAVIANI (2008, p.7).

A partir de 1990, as políticas educacionais, foram estabelecidas nos marcos das transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da crise mundial do sistema capitalista, nos quais inauguraram novas relações entre o Estado e a sociedade (SANTOS, 2012, p. 3).

1.2 EVOLUÇÃO DO ENSINO E EDUCAÇÃO

A educação, seja qual for a modalidade, tem um relevante papel social para o desenvolvimento de um país. No

entanto, não se tem dado a prioridade que a educação merece em todas as modalidades (SANTOS, 2019).

A educação é um monopólio estatal, onipresente na ação do Estado, no qual, compete à oferta de um ensino gratuito que pretende atender ao ideal de universalidade como fundamento da democracia e da formação da cidadania, de modo a assegurar o que se considera conhecimentos básicos indispensáveis a todos (CHIZOTTI; PONCE, 2012).

Ainda segundo os autores a educação possui uma tradição republicana na oferta do dever do Estado e o sistema de ensino é centralizado; na tradição de extração liberal, considerado descentralizado, competindo ao Estado apenas a supervisão, visto que a organização é proposta prioritariamente pela iniciativa privada.

De acordo com Santos, (2019) o ensino tornou-se um facilitador, e esse benefício ocorreu por meio de um grande crescimento da rede mundial da Internet. Visto que, as redes de comunicação deram um grande avanço para que o ensino à distância se propagasse no mundo.

Os benefícios da educação não são apenas econômicos. Em uma sociedade com populações escolarizadas tendem a ter melhores resultados, no qual possuem uma saúde melhor, vivem mais e com menor incidência de morbidades ao longo da vida; envolvem-se mais com a vida comunitária e fazem escolhas políticas mais bem informadas; tem menor probabilidade de cometer crimes e de serem encarceradas. Do ponto de vista coletivo, esses efeitos em outras esferas da vida social acabam por resultar que sociedades mais escolarizadas tendem a ser mais coesas, com menores taxas de iniquidades sociais (PIERI, 2018).

Schneider e Urbanetz (2010), classifica a educação como um espaço de possibilidades de humanização, sob forma, de vista da lógica da sociedade organizada sob o capitalismo, e visto que, o ensino à distância segue a mesma lógica, por meio do espaço de exploração (cursos e instituições que mantem o objetivo de lucrativo), e espaços de desenvolvimento humano às qualificações profissionais, seja no que diz respeito aos cursos livres ou de formação mais ampliada.

As novas tecnologias na área de informação e comunicação são as chamadas TIC, quando se tratado na rede de internet. Essa criação de novos espaços virtuais interativos de aprendizagem que envolve o professor, tutor e aluno, lançando como ferramenta de vídeos, chats, conferência, blogs, fórum, enquetes e outros. Outros exemplos de recursos, além do digital são as tradicionais vídeo-aulas, materiais multimídia, jogos educativos, apostilas e livros no qual nem todos possui acesso à internet (ALEVES; ALVES; VIANA, 2015).

Para Freire, (2009) a modalidade virtual têm se avançado em diversos paradigmas. Em vista da escassez das pessoas e a necessidade de ampliação de ensino, a modalidade à distância é uma maneira de ensino, que expande progressivamente a aprendizagem em ambiente virtual de forma dialógica o que caracteriza o ensino-aprendizagem. Assim, conforme o autor, o processo de dialogicidade é explicado como: existir, humanamente, é pronunciar o mundo e modificá-lo. O mundo pronunciado por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

A nova geração de estudante já não está programada ao ensino-aprendizagem. Atualmente, são necessárias metodologias que envolvam dinâmicas, interação, criação e

produção, e diante das novas tecnologias é apenas uma extensão do mundo através da tela (VIEIRA, 2020).

O ensino-aprendizagem do desenvolvimento em curso na EAD necessita de tomada de decisão para a escolha, como instrumento avaliatório que estejam nos conformes de acordo com as características do sistema virtual adotado. As ferramentas são chamados de instrumentos e constituídos, de forma que, viabilizem os elementos que compõem ou causam resultados palpáveis da aprendizagem que se desenvolve no contexto virtual, diagnosticando e identificando às dimensões, as formas, as atitudes que nos levam a compreender-como se aprende na modalidade a distância (DAVID; SILVA, 2018).

Kujawa et al. (2020) ao avaliar a evolução histórica da educação e ensino no Brasil, percebe-se que o sistema escolar atual ainda está ancorado a um sistema instituído no início do século passado. Diversas questões foram abordadas em seu trabalho e assim, os autores avaliaram que houve uma mudança significativa no decorrer da evolução histórica da educação escolar. Porém, problemas relacionados ao sistema escolar, sendo questões de gestão pedagógica, método de ensino e aprendizagem, relações com interface família-comunidade fazem com que haja um fracasso, ou decréscimo na avaliação de ensino.

Para Forgiarini e Silva (2008) a classificação do fracasso se discute abaixo:

Esse enfraquecimento é bastante discutido, trata-se do fenômeno chamado "fracasso escolar". Na medida em que a população pertencente às classes populares teve acesso à escola, esse fenômeno foi tomando força, especialmente nas últimas décadas do século

XX. O direito do acesso à escola está garantido pela Constituição Federal de 1988, reafirmado e regulamentado pela LDB 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contudo, o fato de estar garantido em lei não significa que efetivamente todos estão tendo acesso, pois ainda se enfrenta um alto índice de evasão e repetência nas escolas públicas brasileiras, e este é um grande desafio a ser superado. Não basta crianças e adolescentes terem a garantia do acesso à escola, é necessário que seja garantido também a sua permanência e o seu progresso.

E, é nesse progresso que necessitamos focar, trazendo melhorias de ensino e educação, para que seja um atrativo na permanência do aluno na escola.

1.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil vigente, na Lei nº 9.394/1996, reconheceu a Educação a Distância como modalidade de ensino. E assim, diversas medidas foram tomadas para a definição de políticas e estratégias de consolidação dessa modalidade nas mais diversas instituições (MACIEL et al., 2015).

O intuito declarado da LDB é a valorização dos professores, indicando as possibilidades para que a formação continuada para o docente alcance as finalidades da educação básica, com educação de qualidade socialmente referenciada, capaz de produzir efeitos na realidade dos sujeitos (SILVA; NUNES, 2020).

De acordo com Monteiro et al., (2011) o direito à educação no Brasil tem previsão desde a outorga da primeira Constituição Federal em 1824, quando o país vivia sob a

administração imperial, disposto no Art. 179 – Inciso XXXII. “A Instituição primária, e gratuita a todos os Cidadãos” e no Inciso XXXIII: “Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras, e Artes.” Todos do Título 8º - “Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”.

Em 1931 a 1961, após esses anos foram regulamentado em âmbito nacional as escolas superiores, primárias e secundárias, as quais foram incorporando um crescente ideário pedagógico inovador. Após esse período, ocorreu a unificação da educação nacional abrangendo as redes públicas e privadas, que foram sendo moldadas de acordo com a concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005).

Devido à aprovação de um novo projeto pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), apresentando uma rápida aprovação pela Comissão de Educação do Senado, em 1993, dividiu entidades e partidos, que inicialmente se aglutinaram em torno do projeto da Câmara, e determinou o afastamento do PDT das negociações. O projeto estabelecia um novo eixo orientador, diminuindo as responsabilidades do Estado em relação à educação, na medida em que só o ensino fundamental era considerado obrigatório e gratuito (CURY, 2002).

As novas exigências propunham a escola universal de oito séries, no qual a universidade universitária a um corpo docente do curso normal responsável pela formação de professores do primeiro estagio do primeiro grau. Foi implantada a universidade especializada, contemplando áreas específicas, a fim de superar a concepção de uma universidade que pretendesse cobrir todos os campos do saber (RESCIA, 2007).

O autor enfatiza que, neste período foi instituída a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº. 9.394 (Brasil, 1996), no qual institui o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando o direito de jovens e adultos no qual não tiveram acesso ao ensino, como a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito (SAVIANI, 2005).

Propriamente, a Lei nº. 9.394 trata que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, no trabalho, na convivência humana, em instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Lei disciplina a educação escolar, por meio do ensino, em instituições próprias, devendo vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A LDB tem como princípio e fins de educação nacional:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Da redação final da LDB, referente ao Constituição Federal de 1988, houve uma solução com a sanção da Lei n. 9.394/96 tornando-se, de fato e de obrigação legal, um campo obrigatório de referência educacional. Do projeto sintético, ao projeto analítico, se deu dentro de uma educação escolar nacional complexa (para efeito de sua administração, gestão, financiamento e controle) (CURY, 2016).

Ao recepcionar o mandamento constitucional, a LDB de 1996 definiu no Art. 61, dada pela Lei n. 12.014/2009, são considerados profissionais da educação escolar básica os trabalhadores em exercício efetivo em nível escolar e formado em cursos reconhecidos. As definições na Lei estabelecem em:

- I) professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II) trabalhadores em educação portadores de diploma de graduação em pedagogia; e
- III) trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior, em área pedagógica ou afim (Lei n. 9.394 de 1996).

Uma das propostas em destaque são a maior consciência e presença do direito à educação infantil e o direito à diferença. Esta, apoiada na Constituição, direitos de especificação tais como os relativos às fases da vida, às pessoas com deficiência, às populações indígenas e negras entre outros (BOBBIO, 1992; CURY, 2016).

Monteiro et al., (2011) ao relatar os desafios e mudanças na LDB destaca que:

É possível considerar que a Lei 9.394/96 foi uma grande conquista, mas sofreu muitas mudanças e atualmente encontramos o documento original desfigurado pela necessidade que houve ao longo do tempo, pela discussão atropelada e falta de consenso dentro do Poder Legislativo. Talvez, se tivesse sido melhor discutida e sem as vaidades de nossos políticos a referida Lei seria mais completa, objetiva, buscando atender plenamente as necessidades da nossa educação.

Assim, de acordo com Cury, (2016) as dificuldades associadas à inevitável postulação de grupos interessados em alterar aspectos específicos da lei recém-aprovada, conduziram

em 40 alterações sob a forma de leis no corpo legal da lei então sancionada. Contudo, houve diversas alterações entre leis e decretos, resultando em 225 alterações.

Ainda segundo o autor, apesar de vários avanços alcançados, estes ainda não foram suficientes para cumprir os dispositivos constitucionais e legais de nosso ordenamento jurídico. Diversos problemas na realidade educacional continuam apresentando um quadro severo, diante dos benefícios que a educação desencadeia para o conjunto social e se encontra longe das promessas democráticas que ela encerra.

Os avanços da LDB/1996 e a DCN/2015 nos aspectos conceituais relacionados aos profissionais da educação escolar básica foram alcançados, isso por meio da Constituição Federal de 1998 e por meio de políticas públicas educacionais (SILVA; NUNES, 2022).

Em relação às diretrizes, a progressão no delineamento de atividades normativas ou cursos para a consecução da formação continuada docente, a conquista das entidades e das comunidades educativas. O retrocesso da LDB/1996 ocorreu com a admissão no magistério profissional, negando a existência de saberes específicos da valorização profissional e a docência (SILVA; NUNES, 2022).

Já em relação à avaliação da LDB, a Lei retrata que no Art.24 que trata da educação básica, no Inciso V itens de A até E, estabelece que:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e

dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (BRANDÃO, 2010, p.70.).

Portanto, a estrutura dos processos de avaliação em diferentes níveis de modalidade de ensino e aprendizagem, deve haver uma conotação dialógica e aberta, para que assim, cumpram as normas legais que determinam a avaliação, seja por meio do reconhecimento e compreensão de ensino (DAVID; SILVA, 2018).

Com relação ao ensino à distância, de acordo com a legislação de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o título VIII no Art. 80 da referida Lei (BRASIL, 1998), estabelece que:

Art. 80º. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação à distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

CAPÍTULO 2

AValiação E METODOLOGIAS DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

O ensino a distância (EAD), não só é regulamentado por Lei, como uma maneira atual de ensino brasileiro. Ao longo dos anos e pós-período de pandemia, verificamos que a modalidade EAD tornou-se uma maneira regular de ensino, portanto, neste capítulo será abordado o conceito e finalidade do EAD, as formas de ensino e os desafios apresentados na modalidade.

2.1 O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A metodologia do ensino à distância (EaD) vem ganhando maior expressão no cenário educacional brasileiro, e vem se expandindo a cada ano, por meio das resistências de movimentos dos educadores e de suas críticas significativas e sensatas. Porém, essa metodologia vem se estabelecendo e causando mudanças nas formas de pensar e fazer educação (MAIA et al., 2015).

O modelo do ensino a distância no Brasil (EAD) é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Além de graduação e pós-graduação, o modelo de ensino oferece cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, técnicos, profissionalizantes, livres, entre outros (ROSALIN; CRUZ; MATOS, 2017).

Historicamente, conforme a Associação Brasileira de Ensino à Distância (ABDE) o início do ensino EAD aconteceu em 1904, por meio de uma publicação do Jornal do Brasil, em

anúncios nos classificados oferecendo curso de datilografia por correspondência (ABED, 2011).

A evolução foi gradativa, seguida pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, sendo revogado. Em 25 de maio de 2017, ocorreu a atualização vigente até a atualidade (PASINI et al., 2020), no qual define em seu artigo:

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Ainda segundo o autor, Pasini et al. (2020) enfatiza que a realidade na educação brasileira na modalidade é antiga, sendo voltada aos cursos técnicos profissionalizante. A educação básica (a exemplo educação infantil, fundamental e médio) era utilizada apenas para o EAD, como forma de educação complementar, sendo autorizado apenas em casos específicos ao ensino médio.

E assim, no art. 32 no paragrafo 4º da referida Lei, ficou estabelecido que: o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complemento da aprendizagem ou em situações emergenciais (

Porém, de acordo com Nunes, (1994) apud Dallier e Cunha (2015) o marco inicial do EAD, está intimamente relacionado com o rádio, implantação do Instituto Rádio Monitor no ano de 1939, e por meio dos cursos por correspondência, com o Instituto Universal Brasileiro em 1941. E, por meio de várias tentativas procurou-se estabelecer uma cronologia do ensino que remontam à década de 1920 e à transmissão radiofônica.

Em seu trabalho, Dallier e Cunha (2015) realiza uma cronologia do ensino Ead apresentados abaixo com o marco inicial no Brasil:

Tabela 1 – Cronologia do ensino à distância no Brasil.

ANO	MARCO
1923	Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro
1936	Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde
1937	Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação
1959	Início das escolas radiofônicas em Natal (RN)
1960	Início da ação sistematizada do Governo Federal em EAD; contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o MEB - Movimento de Educação de Base -, sistema de ensino a distância não-formal
1965	Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa
1966 a 1974	Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV

	Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul
1967	Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969); constituída a Feplam (Fundação Educacional Padre Landell de Moura), instituição privada sem fins lucrativos, que promove a educação de adultos através de tele-educação por multimeios
1969	TVE Maranhão/CEMA - Centro Educativo do Maranhão: programas educativos para a 5ª série, inicialmente em circuito fechado e a partir de 1970 em circuito aberto, também para a 6ª série
1970	Portaria 408 - emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade da transmissão gratuita de cinco programas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta- feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada, em cadeia nacional, à serie de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Feplam e pela Fundação Padre Anchieta
1971	Nasce a ABT - inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava, desde 1969, os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos a distância, capacitando os professores através de correspondência

1972	Criação do Prontel - Programa Nacional de Tele-Educação - que fortaleceu o Sinred - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
b1973	Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, Prontel, Cenafor e secretarias de Educação;
1973/74	Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto - piloto de tele - didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão
1974	TVE Ceará começa a gerar tele-aulas; o Ceteb - Centro de Ensino Técnico de Brasília - inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobrás para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logus II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente
1978	Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o tele-aluno para os exames supletivos
1979	Criação da FCBTVE - Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC; dando continuidade ao Curso "João da Silva", surge o Projeto Conquista, também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV - (MOBRAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil

1979 a 1983	É implantado, em caráter experimental, o Posgrad - pós-graduação Tutorial a Distância - pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - do MEC, administrado pela ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país;
1981	FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rádio MEC-Rio, da Rádio MEC-Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa
1983/1984	Criação da TV Educativa do Mato Grosso do Sul; Início do "Projeto Ipê", da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Grau, utilizando-se de multimeios
1988	"Verso e Reverso - Educando o Educador": curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos MEC/Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete;
1991	O "Projeto Ipê" passa a enfatizar os conteúdos curriculares
1991	A Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e secretarias estaduais de Educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de "Um salto para o futuro"

1992 O Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), em parceria com a Unemat (Universidade do Estado do Mato Grosso) e a Secretaria de Estado de Educação e com apoio da Tele-Université du Quebec (Canadá), cria o projeto de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª séries do 1º grau, utilizando a EAD. O curso é iniciado em 1995.

Adaptado por: (DALLIER e CUNHA, 2015).

Para Santos, (2019) a educação a distância tem tido atualmente, um crescimento significativo no Brasil e no mundo. Uma das razões é a possibilidade de oferecer um espaço de aprendizagem e de novas descobertas que permite a interação e a comunicação entre professores e alunos de uma forma interessante.

A EAD vem sendo cada vez mais impulsionada, constituindo-se como nova concepção de aprendizagem e interatividade, todos em termos de processo educativo. É descrito como um caminho sem volta, com enorme crescimento ultrapassando, no Brasil, o número de alunos matriculados nos cursos presenciais ou ainda os 20%, definidos pelo Ministério da Educação, com disciplinas oferecidas de forma não presencial nos cursos superiores (PALÁCIO, 2002).

O conceito do ensino à distância de acordo com Peters (1983, p. 111) é descrito como:

Um método de repartir conhecimentos, habilidades e atitudes, racionalizando mediante a aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, assim como pelo uso extensivo de meios técnicos, especialmente para o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o qual se

faz possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo independente de onde eles vivam.

Alves e Viana (2015) afirma que os avanços e perspectivas do ensino das tecnologias inovadoras ocorrem de forma coerente, influenciando de forma positiva e com qualidade, e que não é somente a diversificação de uma metodologia que garante a efetivação do aprendizado, bem como, a parceria entre professor e aluno no conhecimento concreto e significativo.

O reconhecimento da modalidade, para o modelo de ensino superior e pós-graduação gerou uma série de questões para serem discutidas, desde o âmbito pedagógico ao organizacional. É descrito como um ensino de educação de extensão acelerada, desde as duas últimas décadas. Entretanto, não é uma novidade de modalidade, porém, com os avanços de tecnologias avançadas, permite diferentes possibilidades de ensino, interações, assíncrona e síncrona entre os envolvidos (MARTINS, 2017).

No estudo EAD, a autonomia do aluno remete a liberdade e independência na forma de aprendizagem, no qual as diferentes medidas contribuem para o sucesso do ensino. A autonomia é uma vantagem, porém, os alunos que buscam essa modalidade evidenciam não terem preparo para enfrentar os desafios exigidos dos cursos à distância, que por sua vez gera a evasão destes cursos (VERAS et al. 2019).

O desempenho de uma participação ativa na construção de seu próprio conhecimento, iniciativa, pensamento crítico deve apresentar na modalidade EAD. Gerenciar e monitorar seu próprio processo de aprendizagem, além de saber organizar o

tempo e ter disciplina para o estudo é uma das vantagens da modalidade (VERAS et al. 2019).

O perfil do profissional também é avaliado nessa modalidade, segundo Neves, (2016) as práticas pedagógicas e educativas devem ser compostas por profissionalismo e intencionalidade, para que se consolide, os princípios da Educação a Distância, ressaltando a importância de um novo perfil de docente no contexto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

A composição dos profissionais é definida por Lapa e Teixeira (2014, p. 201) como:

Na EaD são incluídos profissionais como professores autores, professores da disciplina, tutores à distância, tutores presenciais, *designers* instrucionais, diagramadores, cinegrafistas, informatas, entre tantos outros.

Cada qual, com suas finalidades e saberes, tentando de todas as formas uma melhor qualidade de ensino EAD.

O papel do professor é amplo, vai além da literatura, este deve realizar seu trabalho de forma integrativo, explorando diversas ferramentas de aprendizado organizando uma proposta pedagógica baseada em múltiplas soluções e possibilidades técnicas, promovendo e atendendo diferentes estilos de aprendizagem dos seus alunos (ROSSIT et al., 2018).

2.2 FINALIDADE DA METODOLOGIA DO ENSINO À DISTÂNCIA

O EAD segundo Brasil, (1988) é uma forma que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos

didáticos sistematicamente organizados, em diferentes suportes de informação, sejam eles combinados ou isolados, e conduzidos por diversos meios de comunicação.

Assim, a metodologia ativa é uma variedade de estratégia de ensino, com um amplo conceito de aprendizagem baseada em problematização e problema, baseado em projetos de aprendizagem, aprendizado por pares, métodos do caso e sala de aula invertida (FONSECA; NETO, 2017).

A ideia básica de Ead é classificada por Weber, (2010) como:

Uma forma de propor a aprendizagem planejada em lugar diverso do tradicional através de diferentes tecnologias e que requer técnicas especiais de instrução, métodos diferenciados de comunicação, bem como arranjos organizacionais e administrativos. Pode-se considerar um sistema tecnológico que substitui a interação pessoal entre professor e estudante pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos com apoio de serviço tutorial, propiciando a aprendizagem autônoma dos estudantes. Nessa modalidade de ensino, o professor se faz presente por meio de algum meio de comunicação, de modo síncrono ou assíncrono, tornando-se possível a conversação entre docente e aluno.

De acordo com Maftum e Campos (2008, p.134) a expressão que reúne concepções de aprendizagem e investimento de conhecimento, como medida de construção, exija o sujeito como movimento de crítica, busca produção, estudo, autonomia e compartilhamento de seus pares. Os autores

ressaltam a importância da atualidade no tema, podendo ser comprovada por trabalhos e publicações acadêmicas.

O debate da finalidade das metodologias EAD, vem há muito tempo sendo debatido, no processo de planejamento e avaliação. Não debate não é apenas como uma oportunidade de acesso àqueles que não podem estudar na modalidade presencial (por diversos fatores), mas também, em função dos diversos modos, como a vida das pessoas tem se organizado na atual conjuntura social (SCHNEIDER; URBANETZ, 2010).

Ao se escolher uma determinada modalidade, deve ser levada em conta a questão de querer aprender, facilidade de pagamento, comodidade, didática, metodologia, entre outros. Ao escolher uma instituição, toda uma abordagem deve ser realizada como casos de irregularidades, autorizações, portarias ministerial, credenciamento perante o MEC, o reconhecimento pelo MEC, e após toda essa abordagem o aluno verifica a melhor modalidade em ensino a distância (MIRANDA, 2019).

Demo, (1994, p.60) ao abordar a questão da metodologia EAD enfatiza que:

A educação à distância será parte natural do futuro da escola e da universidade. Valerá ainda o uso do correio, mas parece definitivo que o meio eletrônico dominará a cena. Para se falar em educação à distância é mister superar o mero ensino e a mera ilustração. Talvez fosse o caso distinguir os momentos, sem dicotomia. Ensino à distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. Pode até conferir

diploma ou certificado, prevendo momentos presenciais de avaliação (DEMO, 1994, p. 60).

Antigamente, a metodologia era defasada, quando comparada com a nossa atualidade, mas era a evolução da época, suficientemente compatível e resolvendo os anseios de mecanismos como: os correios (o material era enviado para a residência, estudado, respondido e enviado para correção), os rádios (os alunos aguardavam ansiosos pela transmissão das atividades, som considerado ao vivo), e televisão (atual e dinâmico, com horário pontual para atividades, diferente da rádio que era apenas voz, na televisão já havia mais interatividade entre voz e imagem) (MIRANDA, 2019).

A finalidade da metodologia é aprovada por alunos e professores, e consiste no aperfeiçoamento e qualificação dos docentes. O estudo de Weber, (2010) conclui que os cursos oferecidos na qualificação profissional, disponibilizados em ambiente virtual como material de base com qualidade para os alunos, são necessários e despertam o interesse e respaldo teórico para a aprendizagem.

2.3 FORMAS DE ENSINO

As inclusões sociais e digitais dialogam de maneira inerente, de maneira em que as condições culturais e financeiras interferem de modo direto, na forma como os sujeitos dialogam com as tecnologias. Portanto, ter acesso não é o mesmo de ser letrado digitalmente. Em suma, estar imerso ou ter contato com as novas tecnologias não significa que os sujeitos saibam ou dominem tais tecnologias (DERING, 2021).

2. 3. 1 ENSINO DE NIVELAMENTO

O ensino EAD é uma maneira e uma ferramenta útil na estratégia pedagógica para o nivelamento. O ensinar e aprender, independente do contexto e método, que trazem sempre dilemas e problemas (CONCHETTO, 2015). Essa é uma medida de ensino debatida no ensino superior, tornado uma necessidade primordial ao egresso do ensino médio, principalmente o da rede pública.

De acordo com Conchetto, (2015) a importância do nivelamento dá-se não apenas pela deficiência da formação básica, mas também, por ingressantes na IES de um grupo, com diferentes idades e gerações, com discentes remanescentes de uma geração de ensino que antecedem às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

Entretanto, no ensino superior a ideia de nivelamento nas instituições possibilita o resgate das competências e habilidades essenciais não atendidas no ensino médio, por meio das linguagens de matemática e português (FALAVIGNA et al., 2016). Ainda segundo as autoras, além dos benefícios significativos que propiciam aos alunos, a ideia do curso de nivelamento nas instituições de ensino superior, torna-se importante uma vez que, sendo um dos indicadores dispostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como item positivo de forma de avaliação.

A necessidade do ensino de nivelamento nas universidades tornou-se necessário, para amenizar os resultados que criam perversamente um universo tão grande de analfabetos funcionais, em que, a relação entre texto e leitor torne-se estranho, visto que, não há por parte do leitor imersão na leitura

dialógica não estabelecida, levando ao acadêmico a reconhecer-se, erroneamente, como incapaz de estar naquele lugar, evadindo-se da universidade e deslocando a discussão para ao âmbito da responsabilidade privada (WAGNER; CUNHA, 2015).

Portanto, o projeto de nivelamento visa contribuir inicialmente nos primeiros semestres dos cursos superiores, modalidade presencial e ingressante dos primeiros semestres e acadêmicos dos segundos semestres dos cursos de Graduação modalidade à distância. Auxiliando assim, na aprendizagem e criação de laços de identidade dos ingressantes e instituição (WAGNER; CUNHA, 2015).

2.3.2 PROVA ESCRITA

A forma de ensino tradicional (presencial) contém o método de ensino por meio de avaliação do aluno de forma escrita. Entretanto, sabemos que há outras medidas e formas de avaliar um aluno, especialmente tratando o ensino à distância.

De acordo com Nuhs e Tomio (2011) a prova escrita não é o único instrumento de avaliação de aprendizagem, porém, é se utilizado em formas de avaliações externas e pelos professores. Programas como o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), o Prova Brasil (Avaliação dos alunos de 4ª e 8ª série da educação básica que avalia o nível das escolas brasileiras); e o Enem que é o Exame Nacional do Ensino Médio é critério de análise e crítica.

Ainda sobre a avaliação escrita, os autores Nuhs e Tomio (2011) salientam que:

a prova escrita precisa ser desmistificada como um instrumento de avaliação ultrapassado ou para coerção disciplinar do aluno para estudar e repensá-la como uma forma de avaliação que pode ser fundamental numa perspectiva que considere o aluno um sujeito ativo na elaboração do seu conhecimento e, assim, a sua preparação e os objetivos previstos para ela precisam estar em consonância com as novas exigências sócio-histórico-culturais para o ensino e as pesquisas sobre a aprendizagem.

A avaliação escrita também pode ser realizada por meio da comunicação, por critérios predefinidos estrategicamente, envolvendo diversos segmentos interessados no objeto em estudo. A troca com o envolvido sobre a avaliação é realizada como uma troca, mostrando ao discente como ele está se desenvolvendo por meio do processo avaliativo. O que ocorre vai muito além da mensuração, no qual a prioridade em aprender do avaliando é maior, possibilitando sempre novas descobertas (BRITO, 2010).

Para Rodrigues e Borges (2013), ao avaliar o desenvolvimento dos alunos em aulas presenciais, elucidam que não é fácil, pois, a avaliação é permeada por subjetividade, sendo que cada indivíduo possui uma visão de mundo diferente dos demais. Diversos professores utilizam a avaliação como uma forma de punição ao aluno, seja ele por falta de interesse ou desrespeito durante o desenvolvimento das aulas. Contudo, a

avaliação vem sendo utilizada exclusivamente como uma forma de atribuir notas, visando à aprovação ou reprovação do aluno.

2.3.3 DEBATE EM FÓRUNS

2.3.4 PLATAFORMAS E TECNOLOGIAS ONLINE

Atualmente, devido às atualidades no mundo digital os alunos e professores têm-se utilizado muito mais as plataformas e tarefas online, isso com ajuda de tecnologias adaptada as facilidades digitais. Os programas e aplicativos que contribuem para a tecnologia usual (computador, slides, projetor) são apenas exemplos e possuem excelentes benefícios, dado que para a maior parte de suas aplicações possuem a gratuidade (PASINI et al., 2020).

Trabalho de Pasini et al. (2020) aborda uma tabela de aplicativos e plataformas utilizadas metodologia de ensino à distância, demonstrados abaixo:

Aplicativos	Utilização	Finalidade
<i>Sistema Moodle</i>	Organização da disciplina e de Cursos e aulas Online	Criação de cursos "on-line", com páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, estando disponível em 75 línguas diferentes. De maneira gratuita e com conteúdo, aceitando com vídeos e arquivos diversos.
<i>Google Classroom</i>	Organização da disciplina e de	O Google Sala de aula é um provedor de serviço gratuito para professores e alunos.

	Cursos e aulas Online	Nela ocorre à organização das tarefas online, logo após a turma se conectar, O programa permite a criação de cursos "on-line", páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem.
<i>YouTube</i>	Transmissão de aulas e repositório de vídeos	Plataforma de compartilhamento de vídeos e de transmissão de conteúdo (ao vivo – “lives” ou gravados). O docente cria o seu canal e pode ser acompanhado pelos discentes, já acostumados com a plataforma.
<i>Facebook</i>	Transmissão de aulas e informações em grupos fechados	É modalidade destinada ao Ensino Médio e à Educação Superior, o docente pode criar um “Grupo Fechado”, onde ele realiza perguntas iniciais de identificação dos usuários. Nessa plataforma, o docente pode incluir conteúdos e realizar “lives” (aulas on-line), automaticamente gravadas.
<i>Stream Yard</i>	Videoconferência e Transmissão online	Estúdio online gratuito para <i>lives</i> com um ou mais profissionais. Ele pode ser relacionado ao <i>YouTube</i> ou ao <i>Facebook</i> . Possui uma versão paga, com maiores aplicações, mas a gratuita auxilia nas atividades docentes.

<i>OBS Estúdio</i>	Transmissão on-line e videoconferência	<p>O aplicativo <i>Open Broadcaster Software</i>, pode ser traduzido como Software de Transmissão Aberta realiza a mesma atividade que o <i>Stream Yard</i>, porém, nele pode realizar gravação ou transmissão on-line. Ou seja, diferentemente do <i>Stream Yard</i>, o docente baixará um aplicativo no seu computador, onde poderá realizar as atividades de transmissão ou gravação.</p>
<i>Google Drive</i>	Armazenamento de arquivos nas nuvens	<p>Além de economizar o espaço do equipamento tecnológico, o Google Drive permite o compartilhamento de arquivos pela internet para os alunos. Por exemplo, após carregar o arquivo para a “nuvem” da internet, o docente pode criar um link compartilhável. Em relação até 15 Gb de memória, o <i>google drive</i> é gratuito. É uma excelente ferramenta de criação de arquivos de recuperação.</p>
<i>Google Meet</i>	Videoconferências	<p>É um aplicativo para fazer videoconferências online, com diversos participantes, até 100 na versão gratuita, tendo o tempo máximo de 60 minutos por reunião, nessa versão.</p>

		Existe uma versão paga, quando o tempo é livre e a quantidade de participantes aumenta para 250.
<i>Jitsi Meet</i>	Videoconferências	Aplicativo para fazer videoconferências on-line, gratuito, que funciona dentro do <i>moodle</i> . Possui as mesmas funcionalidades do <i>Google Meet</i> .

Adaptado – (PASSINI, 2020).

2.4 DESAFIOS E AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM EAD

O papel central do ensino à distância é melhorar a formação dos professores em trabalho, bem como a formação de novos profissionais que atuam no ensino médio e fundamental. A distância territorial é vasta, portanto, à distância entre formadores e formando vem se distanciando (AROCA; BENTO, 2014).

Porém, um fator primordial e um dos maiores desafios enfrentados no ensino EAD é o fator de desigualdade social. A tecnologia muitas vezes, torna-se uma preocupação com aqueles que estão à margem dessa sociedade. A desigualdade banaliza a diferença na transição ao longo dos séculos, de acordo com os avanços tecnológicos (DERING, 2021).

Em seu trabalho, Dering, (2021) retrata a desigualdade social e a renda no Brasil, com dados do IBGE de 2019, com o aumento de renda em 2018, reforçando a desigualdade social no país. Ao dividirmos em regiões, a exemplo, Norte e Nordeste ainda possuem uma menor renda, quando comparado com as demais regiões do Brasil.

Ferreira (2012) os desafios no ensino EAD tornam-se maiores, a partir do momento em que, os tutores e professores não possuem indicadores informais verbais e visuais dos alunos, que não contam, a partir da análise do diálogo e comportamento dos alunos, com atitudes que possam ser observadas pelo professor.

Ainda segundo o autor, o maior impacto nas relações de avaliador e aluno em situações vivenciadas no ensino presencial, diferente do ensino EAD. De acordo com as elaborações de trabalhos escritos e no desenvolvimento de atividades e discussões que ficam registradas em papéis e/ou ambientes virtuais, podendo ser acessadas e analisadas a qualquer momento pelos agentes avaliadores.

Trabalho de Aroca e Bento (2014) analisaram a baixa qualidade de ensino em física dos alunos em escola pública, e assim observaram a dificuldade de compreensão dos alunos, a falta de interação entre professor e aluno e dificuldade de leitura e interpretação dos textos das aulas e dos textos complementares. Assim, os autores propõem importância na realização de novas pesquisas em educação a distância, que foquem nas dificuldades dos estudantes em utilizar fóruns e ações que possam contribuir para minimizar esta problemática.

Os desafios relatados por Oliveira et al., (2014) já encontravam algumas dificuldades relacionadas ao ensino em estudo. Apesar de a educação virtual trazer vários benefícios em relação inovações pedagógicas, a docência virtual também está marcada por dificuldades, assim como no presencial. A imersão de novos procedimentos, investimento em equipamentos, mudanças de mentalidade ao uso de novas tecnologias,

condições de trabalho para desenvolver tal pedagogia, também são relatadas.

Contudo, as pesquisas compreendem que a Ead é um processo de ensino e aprendizagem que devem ser aprimorados, em relação a qualidade da estrutura física como virtual. A inovação vem com novas formas de instrumento para a comunicação, onde ocorre a troca de ideias, compartilhamentos, saberes e construção de novos conhecimentos (DAVID; SILVA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da educação e ensino no Brasil advém de uma hierarquia tradicionalmente antiga, e muitas das vezes, ocorrentes de falhas. Essa falha, está ligada ao sentido de um governo e hierarquias do passado, que impunham o ensino de acordo com a soberania do governo, ao que podemos avaliar ao longo do trabalho.

Ao decorrer dos anos e com os avanços tecnológicos ao longo dos tempos, a educação foi se transformando e se adequando a realidade do mundo. Realidade esta, em conscientização e novas descobertas tecnológicas.

Em meio ao século XXI, fomos acometidos por um vírus do Sarscov-2, a covid-19, uma pandemia que nos mostrou uma nova maneira de sobrevivência e aprendizado. Sim, tivemos que nos adequarmos a uma realidade que não era a nossa. Na realidade da educação, o ensino à distância há muito tempo já se existia, porém, eram pouco utilizados.

Em meio à pandemia, os professores tiveram que se adequar a novas tecnologias e a se reinventarem para que a

educação no Brasil não estagnasse. A educação do novo milênio, após a pandemia, deverá estar permeada por estudos que envolverão a cultura, a partir de intersecções, numa perspectiva que adote o entrelaçamento cultural, onde a própria cultura será vista como entre lugar.

Contudo, várias metodologias foram utilizadas e observamos que as redes sociais e diferentes plataformas digitais obtiveram sucesso. Algumas vantagens foram analisadas como: a facilidade de acesso às aulas e o ensino simplificado foram um dos argumentos abordados. As desvantagens apontadas foram à falta de tecnologia, para muitos alunos que ainda possuem tecnologias acessíveis ao ensino.

Portanto, verificamos que o ensino EAD traz suas vantagens e desvantagens, sendo uma metodologia viável ao ensino brasileiro. Acreditamos que, após período pandêmico, o investimento de qualificação tanto para o docente, quanto ao discente deve ocorrer o aprimoramento dos professores e das plataformas digitais gratuitas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. J.T; ALVES, M.A. T; VIANA, A. R. Educação a distância: análise das perspectivas e avanços da metodologia de ensino na construção do conhecimento. **Revista Multitexto**, v. 3, n. 02, 2015.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/ftp/leis/D2494.doc>>.

BITTAR, M.; BITTAR, M. Educação Brasileira: de 1930 aos anos 2000. **Acta Scientiarum. Education**. v. 34, n. 2, 2012.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro : Campus, 1992

CHIZZOTI, A; PONCE, B. J. O CURRÍCULO E OS SISTEMAS DE ENSINO NO BRASIL. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, p.25-36, 2012.

COC. A evolução das formas de educação. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@cocsc/a-evolu%C3%A7%C3%A3o-das-formas-de-educa%C3%A7%C3%A3o-b1a15ce0adff>. Acesso em: 20 de mar.2022.

CURY, C.R.J. Vinte Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. v.10, n.20, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil: espaços de uma polêmica. *Educação e Sociedade*. set. 2002, v. 23, n. 80, p. 168-200.2011.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DERING, R. O. A educação no Brasil em tempos de pandemia (antes-durante-após): reflexões na perspectiva de colonial. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p.1-16, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>.
Acesso em: 25 mar.2022.

FERREIRA, L.P. AVALIAÇÃO NO ENSINO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS. **Anais..** Simpósio Internacional de Educação a Distância. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/205-1212-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de mai de 2022.

FRANCIOLI, F.S.; SOBRAL, D. P.B. A educação no Brasil à luz do método pedagógico dos jesuítas. *Notandum*, v.1, n.56, 2021.

FORGIARINI, S. A. B., & SILVA, J. C. (2008). Fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades. Secretaria de Educação do Paraná. Retrieved from <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>

GOUVÊA, M. C. S. (2007). A escolarização da criança brasileira no século XIX: Apontamentos para uma re-escrita. *Revista Educação em Questão*, 28(14), 121-146. Retrieved from <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4467/3658>

MATTOS, L. A. de. *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Aurora, 1958.

MARTINS, Mariane Denise. **Processos de ensino e aprendizagem na modalidade de EaD: uma discussão a partir da compreensão de professores**. Dissertação

(Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí e Santa Rosa). 2017. 141fl.

MIRANDA, E.L. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL. **Brasil Escola**. 2019. Disponível em: <https://monografias.brasescola.uol.com.br/educacao/a-evolucao-educacao-distancia-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PALÁCIO, R. P. E agora?. v.2, n.23, 2002. Disponível em www.e-learningbrasil.com.br/home/artigos/artigos.asp?id=1846. Acesso em: 1 mai. 2022.

PIERI, Renan. Retratos da educação no Brasil. **Inspere Instituto De Ensino E Pesquisa**. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>.

RESCIA, Ana Paula et all. *Dez anos de LDB: contribuição para a discussão das políticas públicas de educação no Brasil*. Araraquara- SP, Junqueira & Marin, 2007. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldbem>.

ROSALIN, B. C. M; CRUZ, J. A. S; MATOS, M.B.G. A importância do material didático no ensino à distância. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v.21, n. 1, p. 814-830, 2017.

SANTOS, Bruno Freitas. Educação à distância: uma breve discussão. **Caderno Intersaberes**, v. 8, n. 14, 2019.

SAVIANI, D. (2005). História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: J. C. Lombardi, D.Saviani & M. I. Nascimento (Orgs.), A escola pública no Brasil: história e historiografia. (pp. 1029). Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOUZA, N.M.M.S.; MANCINI, A.P.G.; VALE, J.M.F.do; MELLO, L.S.; BETTINI, R.F.A.J. (Org.). História da Educação: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea. São Paulo: Avercamp, 2006.

VIEIRA, Vicente. Evolução nos métodos de ensino. **Blog Geppetto**. 2020. Disponível em:
<https://www.geppetto.com.br/post/a-evolu%C3%A7%C3%A3o-dos-m%C3%A9todos-de-ensino>. Acesso em: 20 de mar.2022.

VERAS, Tainá da Silva et al. PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM EM EAD PARA DESENVOLVER A AUTONOMIA. Anais.. Congresso Internacional das Licenciaturas. 2019. Disponível em:
<https://cointer.institutoidv.org/inscricao/pdvl/uploadsAnais2020/PROCESSOS-DE-ENSINO-APRENDIZAGEM-EM-EAD-PARA-DESENVOLVER-A-AUTONOMIA-.pdf>.

VIRÃES, M. B. A. R. de A. (2013). O Papel da Escola na Educação de Valores. (Dissertação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa. Retrieved from http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4831/Maria_Betania_Virae_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1

DÉBORA RITA KUJAWA, et al. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA NO BRASIL. REVISTA SOCIAIS & HUMANAS - VOL. 33 / N° 3 – 2020.

NEVES, I. S. V.; CORRADI, W.; CASTRO, C. L. F. EaD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes. Barbacena: EdUEMG, 2016.

LAPA, A. B.; TEIXEIRA, G. G. S. Tutor é docente da EaD? In: REALI, A. M. M. R.; MILL, D. Educação a distância e tecnologias digitais. Reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.199-214.

OLIVEIRA, M. R. G.; MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C. A gestão da sala de aula virtual e os novos saberes para a docência na modalidade de Educação a Distância. In: MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C.; OLIVEIRA, M. R. G. Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques. 2ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014a, p. 61-76

SCHNEIDER, E. I; URBANETZ, S. T. O planejamento do processo ensino aprendizagem na Educação a Distância. Congresso de Educação ABDE. 2010. Disponível em:

<http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/3042010143007.pdf>.
Acesso em: 09 de mai. 2022.

CONCHETTO, Jefferson dos Santos. A OFERTA DE NIVELAMENTO EM AVA: EAD COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA. **Anais..** Workshop Multidisciplinar sobre ensino e aprendizagem. 2015. Disponível em: <https://www.unifaccamp.edu.br/wea/arquivo/pdf/revista2014-2015.pdf#page=21>. Acesso em: 10 de mai.2022.

DALLIER, Luís Cláudio; CUNHA, Djenane Sichieri Wagner. NIVELAMENTO EM EAD. 2015. Disponível em: https://gmgilmar.webnode.com/_files/200000174-81b3f82a3c/Nivelamento%20em%20EaD%20-%20Livro%20digital.pdf.

FALAVIGNA, Morgana Rossetti; ADAMATTI, Diana F.; KUYVEN, Neiva L. ExML: um Curso de Nivelamento na Modalidade EAD. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Neiva-Kuyven/publication/267956998_ExML_um_Curso_de_Nivelamento_na_Modalidade_EAD/links/5551da1e08ae956a5d263344/ExML-um-Curso-de-Nivelamento-na-Modalidade-EAD.pdf.

WAGNER, L.R; CUNHA, D. S.W. PROJETO DE NIVELAMENTO E AS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. **Congresso ADBE**. 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008122056pm.pdf>

NUHS, A. C.; TOMIO, D. A prova escrita como instrumento de avaliação da aprendizagem do aluno de Ciências. **Est. Aval. Educ.**, v. 22, n. 49, p. 259-284, 2011.

BRITO, C. S. (2010). Avaliação da aprendizagem no ensino superior: uma visão do aluno.

RODRIGUES, N. V. M.; BORGES, F. T. (2013). Avaliação da Aprendizagem em Educação a Distância através do Fórum (Interface Educacional) . Ideias e Inovação -Lato Sensu , 1(2), 25 -34.

FREIRE, P. O que é educação à distância. 2009.
Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 10.05.2022.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Revista de Educação, PUC-Campinas, Campinas, n. 24, pp. 7-16. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>

SANTOS, P. S. M. B. (2012). Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 11 mai 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

AROCA, S.C.; BENTO, E.P. COMO OS ALUNOS DE LICENCIATURA NA MODALIDADE EAD DEFINEM A PESQUISA EM ENSINO DE FÍSICA: UM ESTUDO PRELIMINAR. **Anais..** Simpósio Internacional em Educação a Distância. Universidade de São Carlos. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/627-3168-1-PB.pdf>.

DAVID, C.M.; SILVA, AVALIAÇÃO NA EAD UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA: PRÁTICAS E REGULAÇÃO NORMATIVA. Ciet: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/388/625>.

MAIA et al. A SUPREMACIA DA PROVA NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA. **Anais..** VI CONGRESSO INTERNACIONAL EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL AVALIAÇÃO: VEREDAS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24709/3/2015_eve_afmmaia.pdf.

WEBER, Lisiane. Um estudo de caso na formação de professores: a opinião dos estudantes a respeito da modalidade EAD. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/TCCE_TICAE_EaD_2010_WEBER_LISIANE_unlocked.pdf.

SILVA, J. M. N.; NUNES, V. G.C. Formação continuada docente: uma análise a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução CNE-CP 2/2015). **Research, Society and Development**, v. 9, n.8, p.353-985, 2020.

PASINI, C.G.D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, L.H.C. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. Observatório de Socioeconômico - **FAPERGS**. n.01, v.9, p.1 -9. 2020.

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação a Distância. 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

